



Anais da Assembléia

Nº 119

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE OUTUBRO DE 1.979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 113.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 1.979

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o n.º 05 da Senhora Telma Dorneles Dantas, nos seguintes termos:

Tendo ciência, através de expediente lido na sessão realizada por este Poder Legislativo, em data de 11 de setembro de 1.979, do voto de congratulações a minha pessoa, proposto pelo nobre Deputado Nestor Baptista e devidamente aprovado pelos membros que compõem essa Casa de Leis, por ter sido eu eleita Presidente do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro deste município, venho, por intermédio deste, agradecer penhoradamente à homenagem a mim prestada, e colocar-me, nesta Câmara, ao inteiro dispor, de tudo aquilo que diga respeito aos altos interesses do nosso Estado.—

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora DEONIRA BRUNETTI BETTEGA, ocorrido nesta Capital.

A venerada extinta pertencia a tradicional família e deixa enorme consternação aos familiares e ao numeroso círculo de amigos de Curitiba e de outras cidades.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Senhor DOMINGOS BETTEGA, à Rua João Bettge n.º 534, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, na forma regimental e com apoio do Plenário, REQUER seja consignado um voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, General Ney Aminthas de Barros Braga, que através do Senhor Secretário da Educação Edson Machado de Souza, do Diretor Geral da SEED, Mário Rodrigo Maio e dos técnicos, Darci Ribeiro da Silva, coordenador estadual, Ricardo Ruy Franco de Macedo, Leonídia de Toledo Staut e Cleusa Maria Richter, pelo sucesso na execução do PROJETO DE ORGANIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES DO PARANÁ.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa, seja dado ciência às pessoas supra citadas.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.979.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

Os atuais conceitos de educação e a larga experiência dos educadores demonstram que duas instituições fundamentais — família e escola — não podem permanecer separadas e estanques. O problema educacional é de tal importância que não se deve ficar à espera de recursos governamentais, exclusivamente. Todas as forças vivas da comunidade devem participar.

Instrumento para isso: Associação de Pais e Mestres, capaz de promover a integração necessária entre a escola-família-comunidade. É através destas associações que as escolas e o ensino podem mais facilmente efetivar a extensão de ação educativa, atingindo o aluno em seu lar e meio ambiente. É a força capaz de canalizar para a escola o imenso potencial de recursos humanos e materiais de toda a comunidade.

Partindo destes pressupostos, o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Assuntos Estudantis, Fundação Mudes e Secretaria da Educação do Estado do Paraná, lançaram o Projeto de Organização e Dinamização das Associações de Pais e Mestres, sob a execução da Secretaria da Educação. O projeto está atuando em 35 municípios e atingiu plenamente, nesta primeira fase, os objetivos propostos. Tanto é que desde o lançamento até a presente data, foram realizados nos municípios envolvidos; além de encontros de assistência ao educando, com a presença unânime das principais lideranças municipais, preocupadas com a problemática, "educando", a organização de Grupos Comunitários de Assistência ao Educando (GCAE), que tem prestado relevantes serviços à causa.

Com a realização de 144 eventos comunitários foram mobilizados 7.302 alunos de 1.º, 2.º e 3.º grau, como grupo de apoio, onde foram captados recursos financeiros na ordem de Cr\$ 5.177.441,00 e recursos materiais na ordem de Cr\$ 4.198.276,00, totalizando a significativa cifra de Cr\$ 9.375.717,00, totalmente investidos na Assistência ao Educando. Para tanto, com a colaboração de órgãos de divulgação, foram publicados 490 matérias em jornais, 1.198 textos em rádios e 281 em televisões, além da criação de informativo de circulação dirigida, em todos os municípios envolvidos, relatando mensalmente as atividades realizadas pelas Associações de Pais e Mestres. Uma prestação de contas à comunidade, que colaborou sobremaneira para o sucesso na execução das metas objetivadas pelo Projeto de Organização e Dinamização das Associações de Pais e Mestres.

Estes são os motivos, Sr. Presidente, que me levaram a requerer o presente voto de aplauso.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, solicitando ao mesmo, informações sobre a possibilidade de indenização a uma área de terras localizada no Município de São Miguel do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.979.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento prende-se a solicitação feita por moradores do Distrito de Sol de Maio, no Município de São Miguel do Iguaçu, no Estado do Paraná, que se dizem prejudicados por ter esta área sido desmembrada das indenizações de Itaipu, e que por serem apenas vinte moradores residenciais, sentem-se prejudicados, já que ficarão situados dentro de uma península.

Esses mesmos moradores, sentindo-se prejudicados, solicitam através de um abaixo-assinado, informações oficiais sobre tal possibilidade. Informam também que a área mencionada e na qual residem, pertaz um total de hum mil, novecentos e vinte metros quadrados.

Esperamos obter uma informação oficial e final sobre este assunto, mesmo levando em consideração, a resposta do Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, em resposta a ofício anterior, no qual nos pareceu haver interesse por parte deste Ministério, sobre o caso de Porto Mendes em Marechal Cândido Rondon, bem como por parte da Direção Geral da Itaipu Binacional, em buscar uma solução que atenda aos interesses gerais e particulares.

Anexamos ao mesmo, fotocópia da declaração bem como mapa de localização.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Srs. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado e INGO HENRIQUE HUBERT, DD. Presidente da SANEPAR, sugerindo-lhes seja considerado em dobro o limite de consumo d'água para efeito de pagamento da taxa mínima, nos meses em que as contas da SANEPAR serão unificadas, com a finalidade de controle interno daquela companhia de saneamento, conforme vem sendo amplamente divulgado, a fim de que não haja acréscimo injusto nas tarifas, resultantes de FALSO EX-

CESSO DE CONSUMO ocasionado pela somatória de dois meses.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

A SANEPAR, através de diversos veículos de comunicação, está divulgando que haverá, nos próximos meses, para efeito de controle interno, uma momentânea mudança na data de cobrança das contas mensais.

Essa unificação, evidentemente, fará com que o consumo de dois meses sejam somados, como se fora o consumo de um só mês.

Conclusão: se um usuário consumir em média 15m³, as suas contas normais de dois meses somariam Cr\$ 49,00 mais Cr\$ 49,00, totalizando Cr\$ 98,00. Unificadas essas contas, será acusado um consumo de 30 m³, acrescido de um suposto excesso de 15 m³, o qual, cobrado a Cr\$ 8,00/m³ resultará em mais Cr\$ 120,00, totalizando Cr\$ 109,00, portanto, quase o dobro daquilo que seria pago normalmente.

Já no terceiro mês, o usuário irá pagar Cr\$ 49,00 por apenas 7,5 m³, equivalente ao consumo de 15 dias.

Acresce dizer, que, quanto maior for o excesso, maior será a taxa cobrada pela SANEPAR.

Assim, caso não sejam tomadas as devidas cautelas, a SANEPAR será beneficiada com a cobrança de hipotéticos excessos de consumo d'água em prejuízo de milhares de usuários.

Como se não bastasse, sobre tais valores, ainda incidirá o famigerado percentual de oitenta por cento (o mais alto do Brasil) referente aos serviços de esgoto.

Por essas razões, nos dirigimos ao Governador do Estado e Presidente da SANEPAR, para evitar que, o Paraná, na qualidade de acionista-mor dessa Empresa, não venha cometer erros como os apontados, os quais são indiscutivelmente lesivos aos usuários de um serviço que, "pela eficiência", é merecedor de muitas críticas em nosso Estado.

Outra solução seria o desdobramento das contas que teriam seus vencimentos simultâneos, evitando-se assim distorções apontadas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Polícia Militar, com anexos do Editorial da "Folha de Londrina" de 02/10/79 e carta de um soldado publicada no dia 02/10/79.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.979.

(a) DEL CIEL.

JUSTIFICATIVA:

A segurança do povo e da Pátria depende do trabalho da Polícia Militar de nosso Estado, além de outros organismos policiais e, o soldado, recebendo Cr\$ 2.870,00 mensalmente, acaba por ceder ao suborno e a corrupção para a subsistência de sua família.

Vamos remunerar condignamente para podermos exigir do soldado, de estômago vazio, o combate ao marginal bem alimentado.

O grito de socorro e de apelo ao Sr. Governador, tem de ser ouvido e, a justiça salarial, implantada, para evitar a perda de

homens que, mesmo sofrendo todas as espécies de dificuldades, ainda não se curvaram às propinas e subornos.

Confiante no espírito humanitário de Vossa Excelência e por ser de justiça e de direito, formulo este apelo. Salve a honra da nossa Polícia Militar do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com o respaldo do Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, para que sejam reiniciados, com urgência, os serviços de construção do contorno rodoviário de JACAREZINHO, na Rodovia-BR-153.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1979.

(a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

Nosso requerimento prende-se ao fato de que as obras, já contratadas, tiveram início e no presente ano sofreu total paralisação. Há urgência no reinício de serviços, tendo em vista que o trecho em questão faz parte da BR-153, obra delegada ao Estado do Paraná e que possuindo hoje tráfego de aproximadamente três mil veículos diários, em grande parte, veículos de alta tonelagem, que ao trafegarem pelas ruas da cidade têm causado vários acidentes, alguns fatais, destruindo pavimento na zona urbana, tais como, postes, fios de telefone e de energia elétrica.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 150/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Vera Cruz do Oeste, do Município de Cêu Azul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1979.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Inegavelmente, a entidade acima que se pretende seja declarada de utilidade pública, presta relevantes serviços a sua comunidade, no campo da assistência à maternidade e à infância.

Pela documentação anexa, verifica-se que a mesma preenche todos os requisitos legais exigidos para aquele fim, razão porque apresentamos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com o seu apoio para sua aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 151/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Distrito de Cafelândia do Oeste, Município de Cascavel - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, foi fundada com a finalidade principal de proteger e dar assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar social e a necessidade da criança e da gestante, especialmente.

Neste objetivo a entidade em foco, vem funcionando há mais de 11 (onze) anos, foi fundada em 22 de agosto de 1968,

podendo ser comprovado pela documentação oferecida, os requisitos exigidos pela lei 6.994, de 10 de janeiro de 1978, para ser declarada de utilidade pública.

Submeto, por isso, à consideração da Casa o presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

Antes porém, a Mesa registra com satisfação a presença em plenário, do Sr. Luiz Boschirolí, Presidente da COPAVEL, de Cascavel, bem como do Dr. Adir Brandão, Diretor-Secretário da COTRIGUAÇU.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(**Le**): "O governo do Estado em muito boa hora está incentivando o uso da soja na alimentação diária do povo. A medida é claro constitui um excelente exemplo de apoio e amparo ao consumidor, que a cada dia que faz suas compras encontra preços diferentes, nos supermercados e casas de vendas de produtos alimentícios. Assim o incentivo para o consumo da soja, produto muito rico em proteínas, muito mais do que enriquecer a alimentação diária é produzido em alta escala em nosso Estado, facilitando em muito a aquisição pelo consumidor.

Estranhamos entretanto que o órgão distribuidor do governo a CAFÉ DO PARANÁ, não tenha alcançado o objetivo da campanha, que em nosso entender deveria ser baseado no "slogan": um excelente produto por um preço baixo.

Ora, segundo sabemos, ela a Café do Paraná, está vendendo soja a Cr\$ 13,00 o quilo ou seja Cr\$ 780,00 cruzeiros a saca de 60 quilos. Preço este que consideramos altamente onerado ao consumidor numa campanha para barateamento do custo de vida, principalmente no que concerne a alimentação.

A soja que está sendo hoje posta ao mercado consumidor é da safra 78/79 e foi vendida pelo produtor num preço médio de Cr\$ 5,00 o quilo, ou seja Cr\$ 300,00 cruzeiros a saca de 60 quilos.

Presentemente o mercado da soja está em torno de Cr\$ 480,00 a saca, ou seja Cr\$ 8,00 o quilo, razão pela qual não concordamos com o alto preço que está sendo colocado à disposição do povo numa campanha das mais meritórias.

É preciso que todos compreendam a necessidade que temos de consumirmos os produtos que produzimos. O mundo todo desde há muito se alimenta da soja e o mesmo também deverá ocorrer com os brasileiros.

Parece-nos que chegou a hora, quando todos estão curiosos em conhecer os mais variados e saborosos pratos que a soja propicia. A campanha está tomando conta de todos os municípios onde as escolas através de suas merendas, distribuem os mais requintados pratos.

É preciso agora que se conscientizem também os revendedores ou intermediários para que o produto ao sair da lavoura não seja tão majorado para o consumidor. Basta de exigir somente da agricultura o sacrifício de vender baixo. Ela que arca com os riscos naturais da lavoura com as pragas já quase incontroláveis, com os preços dos inseticidas e insumos grandemente majorados, aliados as altas vertiginosas das máquinas agrícolas.

Tudo isso onera de imediato ao produtor que acaba vendendo o seu produto quase sempre por um preço irrisório, como foi o caso da soja que está sendo vendida hoje pelo preço superior a duas vezes do que realmente custou.

Deixo registrado aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados a minha sugestão para que não se onere tanto o consumidor quando se está vendendo um produto que foi extraído da lavoura por um preço baixo.

Deixo aqui Senhor Presidente, Senhores Deputados, o

meu mais veemente protesto contra o alto preço da soja que sendo vendida ao consumidor que vai alcançar o elevado preço de Cr\$ 780,00 a saca de 60 quilos, quando na verdade este produto saiu das mãos sacrificadas dos agricultores por um preço muito baixo."

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos a tribuna nesta tarde, para denunciar que o famigerado Comando Político no Estado do Paraná, continua sendo acionado a todo vapor. Hoje ao abriremos o jornal "O Estado do Paraná", em sua página 10, lemos uma notícia que diz o seguinte: (Lê):

"O representante do ex-FUNRURAL de São João do Ivaí, Márcio Maurutto, enviou uma carta ao Presidente da República queixando-se de estar sendo destituído de suas funções injustamente, para satisfazer interesses políticos do Deputado que representa aquela cidade na Assembléia Legislativa, Gilberto Carvalho.

Na carta o reclamante explica que vem exercendo o cargo há dois anos e sete meses, desde a implantação da representação no município, "quando foi submetido a seleção e treinamento em regime de tempo integral por noventa dias, com grande e dispendioso investimento do então FUNRURAL".

Acrescentando que todas as tentativas para evitar a destituição foram até agora inúteis, Maurutto afirma que idêntica situação vivem os representantes de Céu Azul, Andirá e Marechal Cândido Rondon, além de um listão que envolveria mais quarenta nomes: "Entristece-me que justamente no momento em que Vossa Excelência faz abertura política e concede anistia que beneficiou inclusive corruptos que no passado se enriqueceram ilícitamente. Maus políticos, denegrindo o brilhantismo do vosso governo, deceparam a minha cabeça, deixando-me sem trabalho e em consequência, sem a fonte de sustento de minha família".

Dizendo ter recorrido ao Superintendente do INPS no Paraná, Cleverson Teixeira, o representante do ex-FUNRURAL de São João do Ivaí, afirma ter recebido uma explicação para a renúncia do seu contrato: pedido político, do eminente Deputado Gilberto Carvalho, que representa aquele município nesta Casa. Era este o registro que nós queríamos fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Para a brasilidade, a data de hoje é digna de comemoração, por lembrar a criação da PETROBRÁS, através da lei n.º 2004, de 03 de outubro de 1953.

Recordemos dois episódios, indicativos do desespero dos "trusts" diante da decisão inflexível do Brasil:

Antes da assinatura da lei n.º 2004, os Estados Unidos enviaram à Baía da Guanabara uma esquadra, composta de 27 navios de guerra, como advertência velada, para que o monopólio estatal não fosse sancionado.

O Embaixador norte-americano Adolph Berle compareceu ao palácio presidencial a fim de induzir Vargas a concordar com a participação de capitais estrangeiros na prospecção e lavra das nossas jazidas petrolíferas. Tão agressivo se mostrou Berle que o Chefe da Nação, num gesto de altivez e de soberania, lhe disse: "Embaixador, a porta de saída é aquela".

Adolph Berle tornou-se, desde então, no mais encarniçado inimigo de Vargas, e, de conluio com a imprensa e com grupos políticos, moveu-lhe tenaz campanha, visando sua deposição, que a Getúlio Vargas não restou outro caminho, senão o suicídio, para preservar a dignidade do mandato presidencial.

Com Vargas, assinaram a Lei n.º 2004 os seguintes Ministros: Tancredo Neves, Renato Guillobel, Espírito Santo Cardoso, Vicente Ráo, Oswaldo Aranha, José Américo, João Cleófas, Antônio Balbino, Nero Moura e João Goulart.

A partir daí, a campanha contra Vargas intensificou-se, porque as multinacionais pretendiam a derrubada do monopólio estatal. Eugênio Gudin, por exemplo, no Ministério da Fazenda, em governo posterior, pregava a revogação da Lei da PETROBRÁS. Mas, o espírito nacionalista se sobrepôs a todas as vicissitudes.

Após o golpe de 1964, o instituto do monopólio estatal do petróleo foi abalado em suas bases pelo entreguismo insopitado, até que caímos nos desastrosos contratos de risco, em que as multinacionais puderam penetrar nas áreas de prospecção e de lavra.

Por debilidade dos governos, a comercialização ficou, no seu maior volume, em mãos estrangeiras. E o Presidente João Goulart foi deposto por haver desapropriado, para nacionalização, as refinarias particulares de petróleo, nas quais grupos nacionais não passam de "testas-de-ferro" de "trusts" internacionais.

Temos visto o doloroso espetáculo de abertura de poços, de onde jorra o petróleo. Esses poços logo são fechados e lacrados, sob o pretexto de que não oferecem rendimento econômico. É curiosa a coincidência de que são sempre técnicos norte-americanos os que determinam o fechamento e a lacração desses poços.

Não seria isso a confirmação da suspeita de que o petróleo brasileiro, realmente existente, estaria sendo guardado como reserva dos Estados Unidos, no futuro?

Como justificar, de outro modo, os poços lacrados em Jacarezinho, Cambará, Ponta Grossa, Sapopema, Marechal Malé, Guarapuava, Palmas e Foz do Iguaçu, entre outros?

A PETROBRÁS tem estado ultimamente no crivo das críticas da imprensa. A campanha tem intuito desmoralizador, para que ela caia no descrédito público. Argumenta-se que, no Brasil, não há petróleo, e o pouco que tem, a PETROBRÁS não soube extrair.

A verdade é que a PETROBRÁS não tem autonomia na ação. Depende, em tudo, do Conselho Nacional do Petróleo. E o CNP tem feito da PETROBRÁS uma empresa importadora do petróleo das multinacionais, para refiná-lo aqui, quando a sua missão precípua teria de ser a da prospecção e lavra das jazidas.

No dia em que se comemora mais um ano de PETROBRÁS, a opinião pública brasileira deveria pressionar o governo, protestar contra o seu crescente entreguismo, e dizer um "basta" às multinacionais que estão operando aqui dentro, já pela extinção imediata dos contratos de risco, já pela nacionalização da distribuição e comércio do petróleo e seus derivados e já pela encampação das refinarias ainda em mãos de particulares.

No dia em que o Brasil cumprir essas metas, teremos dado importante passo no caminho da nossa efetiva emancipação econômica."

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, quarto orador inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço quase que um adendo ao pronunciamento do ilustre Deputado Edilson Alencar, porque ele se posicionou muito bem com respeito à situação da PETROBRÁS. E fez uma denúncia que todos devem considerar como muito séria.

Nós, hoje, queremos condenar, aqui, o que se está fazendo pela PETROBRÁS, contra a economia popular.

(Lê): "Nos erros da PETROBRÁS encontramos a resposta para o massacre contra a economia popular. Gerada pelas

mentes tecnocratas a campanha de racionalização de consumo acaba não poupando petróleo, apenas inflacionando a economia. Pelo visto, o Governo não se deu conta do papel inflacionante que a PETROBRÁS vem exercendo nesta Nação, sendo responsável direta pelo grande fiasco da nossa política econômica.

Agora, mais um golpe em direção ao bolso do povo, coberto pela desculpa de que a gasolina misturada com álcool passa a ter uma contagem semelhante a gasolina azul, melhorando sua qualidade. Técnicos da PETROBRÁS estão confirmando a mistura de álcool anidro na gasolina, em até 20%. Porém, não falam que o usuário está pagando o preço de 100% de gasolina Cr\$ 14,30 o litro, quando o preço do álcool Cr\$ 6,70 o litro é bem mais barato. Naturalmente quando se fala em defender o interesse do consumidor os números são melhores manipulados, com esquecimentos fatais para a nossa economia. Por que não cobrar os 80% da gasolina e 20% do álcool, diminuindo desta forma o preço. Num tanque de 40 litros encontramos 32 de gasolina Cr\$ 457,60 e 8 litros de álcool a Cr\$ 53,60, totalizando Cr\$ 511,20, quando o total de 100% de gasolina nos custa a importância de Cr\$ 572,00 cruzeiros. Naturalmente, somando os valores em tanques de maior espaço e o custo mensal desta despesa, encontramos mais uma vez um assalto a economia popular em detrimento de um lucro injusto da PETROBRÁS. Em média, estão tirando Cr\$ 15,0 a mais por litro, sendo praticamente o preço cobrado pela PETROBRÁS para exportar, em navio cargueiro, a nossa gasolina.

Além do fator financeiro existe o problema das avarias nos motores, pois aumentou em 80% o movimento nas oficinas, com automóveis parando simplesmente porque os tanques de gasolina foram prejudicados com a mistura aplicada na refinaria, no Paraná. Não resta dúvida que a diferença está sendo notada e muitos defeitos aparentemente complicados são motivados pela experiência que a PETROBRÁS vem aplicando sem fazer qualquer consulta popular. Nem mesmo uma campanha pela televisão, jornal ou rádio foi organizada no sentido de prevenir os motoristas para o sistema. Não existe justificativa para tal comportamento, pois o dinheiro do povo está sendo levado sem maiores explicações e sem direito de defesa. O povo precisa ser defendido, pois defender a PETROBRÁS só mesmo para meia dúzia de técnicos adormecidos nas falhas desta Companhia, defender a PETROBRÁS é denunciar os erros que se cometem em nome dela." — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, quinto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo está fazendo um estardalhaço com a desburocratização, para o que chegou a implantar, no País, uma estrutura a nível de ministério.

Talvez possamos, Sr. Presidente, colaborar, no nosso entender, com esse obsoleto ministério, sugerindo que os seus detentores façam uma visita às Carteiras de Crédito Rural do Banco do Brasil, nos vários pontos do País, onde as enormes filas de agricultores criam até impertinência e impaciência, daqueles que são os agentes mais efetivos e reais do processo econômico social e industrial do País, que são os agricultores. A burocracia que as normas internas causam aos financiamentos relativamente obrigando os funcionários dos Bancos do Brasil espalhados principalmente nas regiões agrícolas, é de pasmar a todo homem de bom senso. E exatamente quando o Banco do Brasil, Sr. Presidente, deveria dar um atendimento especial para agilizar o processo de financiamento e de crédito para que os agricultores não fiquem perdendo tempo que lhes é muito valioso e que custa muito dinheiro para a Nação em termos de prejuízo na aplicação do seu tempo à agricultura, talvez esse Ministério, Sr. Presidente, pudesse observar a sistemática de funcionamento de empréstimos ou de propostas

de empréstimos, que ficam, muitas vezes, engavetadas, dormindo no acalentado rigor das normas impostas pelo Banco do Brasil.

Um dos aspectos que nos traz revolta e faz-me vir a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é, justamente, nos setores que demandam a apreciação de propostas tanto para a agricultura, quanto para outros tipos de operações de crédito nas Carteiras do Banco do Brasil. E um aspecto que me trouxe aqui, Sr. Presidente, até com revolta, foi a burocracia da armazenagem criada pelo CETRIN que é um organismo vinculado ao Banco do Brasil; estive num dos Municípios da Região Oeste do Paraná, São Miguel do Iguaçu, onde não há uma estrutura oficial de armazenamento, onde a cooperativa que opera em São Miguel do Iguaçu, não tem ainda, uma capacidade receptora de toda a produção agrícola do trigo, e, onde há uma obrigatoriedade da entrega do trigo, para a cooperativa, que é quem está credenciada para receber esta produção, e cria por isto, Sr. Presidente, enormes filas de caminhões, criando vários aspectos de ordem secundária e, por consequência, cria dificuldade, inclusive, no preço do produto, na umidade do produto, na ociosidade dos maquinários que ficam aguardando os caminhões, na entrega desse trigo. E o que é pior, Sr. Presidente, o grande consumo de combustível; o agricultor colhe, é passado na cooperativa esse produto; esse produto é colocado num outro caminhão; daí vai para um entreposto da cooperativa, que é transportado, por sua vez, à Central e esta, daí, entrega, então, para o "passeio" famoso, do trigo. E na verdade o que precisa, Sr. Presidente, é criar um sistema de desburocratização e é preciso também que se agilize esse processo de atendimento, para evitar a ociosidade que cria prejuízos e encarece o produto, por causa desta paralização, destas filas e sobretudo, da secagem do produto.

Sr. Presidente, não dá para entender que, num País como este onde se importa milho, trigo, cebola, alface, alho e tantos outros produtos, estejam se perdendo, nas lavouras, produtos de primeira necessidade como é o caso do trigo. O que é pior, cria um problema para o peso específico, além do que, acarreta ainda, a ociosidade de vários armazéns, de várias unidades graneleiras que o próprio PRODASEN financiou, e que hoje estão ociosas na Região de São Miguel do Iguaçu. Não se pode permitir que o Governo financie essas unidades, e que, depois, não as use para a recepção desse cereal de primeira necessidade.

Sr. Presidente, quero voltar a esta tribuna em tempo maior, para falar especificamente dos efeitos desta política burocratizadora que ainda enterra o desenvolvimento do processo financeiro do Banco do Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

UNE — Apesar do Governo.

Há poucos meses esta Assembléia assistiu com a repulsa da bancada do MDB, palavras elogiosas, quanto à extinção dos draconianos Decretos 228 e 477.

Deputados, na tribuna, se revezaram para fazer apologia, à medida governamental que colocava um fim àquelas disposições que efetivamente, estrangularam ou tentaram estrangular a consciência e o movimento universitário em nosso País.

Eis agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um decreto que vem restringir a ação dos diretórios centrais estudantis, provando que o 477 e 228 apenas estão travestidos neste instante, por esta medida, como já estavam tais decretos transmutados e incorporados aos regimentos internos das universidades brasileiras.

No momento em que o governo, proíbe integrantes dos diretórios centrais de estudantes e outros diretórios acadêmicos,

de participar de qualquer entidade alheia à instituição oficial, está mais uma vez demonstrando seu autoritarismo e a sua pretensão opressiva. E vale aqui repetir, Sr. Presidente, Srs. Deputados: realizaram-se no País várias reuniões preparatórias pró-UNE, fez-se o Congresso da União Nacional dos Estudantes em Salvador, Bahia. Os estudantes demonstraram uma maioria e uma organização ímpar efetivando um conclave com absoluta segurança, com tranqüilidade, e acima de tudo, sem qualquer suspeita, e até o Governo colocou banda na rua para comemorar aquela reunião.

A autoridade brasileira não proibiu o conclave, efetivamente também não reconheceu a entidade que se reconstituía mas, naquela ocasião o Ministro da Educação e Cultura, e o próprio Governo Federal, demonstraram no mínimo bom senso e sabedoria, admitindo a reunião e admitindo tacitamente a reconstituição da gloriosa União Nacional dos Estudantes.

Agora, na véspera do pleito estudantil, quando cinco chapas estão aí, correndo o Brasil inteiro, demonstrando a participação, a vivacidade e acima de tudo, o desejo do estudante debater e participar da vida nacional, eis que volta um decreto repressivo.

O recado está dado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, através desse decreto. O Governo quer o atrito, o Governo quer a rebeldia, o Governo está radicalizando a política estudantil, no momento em que proíbe, opressiva e repressivamente, a participação dos diretórios centrais de estudantes. Inclusive já demonstrando num decreto, as penalidades que aplicará aos que possam ousar em participar da UNE.

Nos quinze anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o movimento estudantil não foi sepultado. Foi até certo ponto anes-tesiado e estrangulado mas a vitalidade natural que existe em cada ser e em cada jovem, não se consegue amarrar e nem a sepultar. A lei opressora está aí; mais uma vez gerada na maternidade da ditadura.

É possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ao longo dos anos a União Nacional dos Estudantes tenha tido alguns momentos de populismo e alguns pequenos desvios. Mas está aí a história e a memória nacional, registrando a UNE em todos os movimentos nacionais, nas grandes causas populares e nas grandes decisões do Brasil. Quantas lideranças que hoje assumem cargos, ministérios, que estão nos parlamentos e nos órgãos públicos; que estão na vida civil, e na vida até militar, tiveram como nascedouro desta liderança a própria União Nacional de Estudantes.

Onde está, Sr. Presidente, o Direito constitucional e sagrado de associação? O Direito associativo do ser humano, da entidade e das classes? Eis que uma organização nacional, dentro da sua unidade já é mais uma vez reprimida no seu nascedouro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Aqui estamos para registrar o nosso repúdio a tal decreto. Mas acima de tudo, para deixar a nossa apreensão, a nossa manifestação de descontentamento, e de preocupação, Sr. Presidente. Porque o estudante comprimido, o estudante reprimido, buscará outras saídas, outros caminhos e esse decreto por certo exacerbará os ânimos da classe estudantil. E o Governo há de ficar responsável pelas consequências desse decreto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, e não há que se brincar com a consciência nacional. Muito menos com a classe estudantil que na sua formação diária tem o direito sagrado de participar dos debates nacionais; e para participar, precisa estar organizada.

Esse Presidente e esse Governo, que procura os ibopes da popularidade a todo instante, acaba de demonstrar efetivamente, que a mão estendida, está estendida até onde ele quer. Porque logo em seguida vem a outra mão da repressão, da opressão e principalmente querendo comprimir o estudante num quadro que nós não podemos mais admitir.

Fica aqui, Sr. Presidente, este protesto e a certeza de que apesar do Governo, o estudante aí está, e acima de tudo isso ainda Sr. Presidente, a UNE existirá, quer queiram quer não queiram.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário, dos Srs. Deputados Luís Carlos Borges da Silveira, bem como do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Palácios, inscrito.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Almejando um sucesso absoluto, no Programa Nacional do Alcool, instituído pelo Governo Federal, com o patriótico propósito de reduzir as importações petrolíferas e, "ipso facto", economizar divisas e suprir nossas necessidades energéticas no campo automotivo, o Governo Federal, instituiu o Plano Nacional do Alcool. Ao ser instituído através do Decreto 765/93 de 14 de novembro de 1975, tendo como objetivo fundamental, o aumento da produção do álcool anidro, para fins carburantes e industriais, efatizou-se, entre outros, o aumento da produtividade agrícola e da instalação de novas unidades produtoras.

Essa iniciativa governamental foi recebida, no Norte Pioneiro, como medida salvadora e alvissareira, para combater, a combalida, cafeicultura, que sofrera, na época, uma das mais catastróficas geadas de que o Brasil tinha notícias.

Dizimados os cafezais, e ainda desorientados os cafeicultores, com a sorte que lhes cabia pela devastação de suas terras, ouviram-se constantes pronunciamentos do Governo Federal, sempre relacionados ao plano do álcool, e seguiu-se à sua redentora orientação.

Agruparam-se os agricultores, e organizaram-se em sociedades anônimas, com o propósito de não só atender ao chamamento do Governo Federal, como redinamizar o cultivo de suas terras, através da implantação ou plantação de canaviais, seguindo a mais moderna técnica para o abastecimento de destilarias de álcool autônomas e, assim, tentar a recuperação da economia agrícola da região.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que após este esforço titânico de homens que sempre procuram ouvir um chamamento do Governo, e também no intuito de promover o desenvolvimento de sua região, de suas terras e de seu Estado, procuraram estes mesmos homens, a duras penas, implantar destilarias de álcool, satisfazendo, com mais perfeição, o apelo do Governo Federal.

Assim surge a primeira destilaria, DESTILARIA DE ALCOOL MAJOR INFANTE S.A., situada no Município de Santo Antônio da Platina, no desvio Infante-Quilômetro 172, do Ramal Paranapanema, da RFFSA, na localidade denominada Engenheiro Guimarães Carneiro. Esta destilaria, com capacidade nominal de 120 mil litros diários de álcool, hoje já com a produção de, aproximadamente, 6 milhões de litros, devendo atingir, ainda nesta safra, a produção de 12 milhões de litros. A implantação desta indústria, abrangeu os Municípios de Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Barra do Jacaré, Guapirama, Ribeirão do Pinhal, Ribeirão Claro, Jundiá do Sul, Conselheiro Mairinck e Cambará, cada um desses municípios, tendo parte de suas lavouras ocupadas com canaviais, para a finalidade da produção de álcool. Destarte, atingindo, aproximadamente 30 fornecedores de cana que, até o presente momento forneceram cerca de 100 mil toneladas de cana para a referida indústria. Dos 6 milhões de litros já produzidos, uma parte destinada às distribuidoras de combustíveis, somente na Região de Londrina, para Atlantic, 300 mil litros; Ipiranga, 265 mil litros; Esso, 345 mil litros; Petrobrás, 360 mil litros; Shell, 275 mil; Texaco, 172 mil; perfazendo um total, somente para a área de Londrina, de um milhão, setecentos e cinquenta

mil litros de álcool carburante para consumo, naturalmente, em mistura de gasolina. Na área de Maringá, à Ipiranga, seiscentos e cinquenta mil litros, e para Araucária, as cotas de setembro, previam um milhão, setecentos e setenta mil litros de álcool.

Vimos, através da "Folha de Londrina", de 18 de setembro do corrente ano, a denúncia do passeio dos vagões da Rede Ferroviária S/A, que, a exemplo do que já foi dito aqui, parece-me que é moda neste País o passeio dos produtos. Ainda há pouco, ouvíamos Deputados falando sobre o passeio do trigo; outros, sobre o passeio do arroz. E, no Paraná, ainda temos outro passeio, que é o do açúcar. Porque, temos capacidade nominal para produzir além do nosso consumo, e no entanto, muito embora implantadas indústrias para esta produção, o Governo Federal não liberou as cotas que deveriam ser liberadas o que, naturalmente, se acresce o preço para o consumo interno em nosso Estado.

Deve-se considerar que este transporte, totalmente desnecessário, traz gastos excessivos de combustíveis, exatamente numa hora em que precisamos de grande economia de divisas. A PETROBRÁS ou a Rede Ferroviária Federal, ao trazer os seus produtos para Araucária, até hoje transportados em torno de um milhão, setecentos e setenta mil litros, tem feito por meio de transportes rodoviários. Para esse montante, pode-se avaliar o gasto de combustível necessário para transportá-los.

No entanto, a "Folha de Londrina", a qual já me referi, denunciava que quinhentos vagões passavam em frente, ou a cem metros, da DESTILARIA MAJOR INFANTE, podendo, sem nenhum gasto adicional, apanhar este produto e transportá-lo, já que por lá passavam, porque retornavam de entrega ou de distribuição de gasolina que saía de Araucária. Não sabemos qual a alegação desses vagões retonarem vazios para Curitiba, quando o transporte é feito pela própria PETROBRÁS, através de caminhões, o que nós, pelo menos em princípio, não conseguimos entender até o presente momento.

Fica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no ar, a pergunta à PETROBRÁS ou à RFFSA, para que se dê um esclarecimento com relação a este assunto.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Quero parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento, e que me obriga até apartá-lo, porque é um assunto que diz respeito a nós, porque faz parte da região que honradamente representamos.

Sabemos das dificuldades que a DAMISA está enfrentando e da importância que ela representa para o Norte Pioneiro do Paraná. E além da importância da DAMISA, temos que sentir de perto o problema do petróleo, hoje tão em evidência no País.

É de se lastimar que, enquanto vagões vazios passam a cerca de quinhentos metros da sede da DAMISA — que conhecemos —, não transportam o álcool, a PETROBRÁS usa caminhões, onerando em muito e aumentando o problema para a nossa Pátria.

Então, quero parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz nesta tarde, enfocando muito bem o problema que atravessamos no tão esquecido Norte Pioneiro do Paraná, tão esquecido pelas autoridades. Porque a DAMISA precisa de investimentos, pois representa empregos, representa progresso para a região do Norte Pioneiro.

Muito obrigado.

O SR. PALÁCIOS — Obrigado, e concedo o aparte ao nobre Deputado Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias — Nobre Deputado Palácios, Vossa Excelência aborda, desta tribuna, um assunto de alta relevância e com muita lucidez, porque não dizer, com muito conhecimento, ainda mais que Vossa Excelência representa a região que nos parece a principal, a região que mais produz cana, que mais produz açúcar do nosso Estado.

Ninguém melhor que Vossa Excelência para vir a esta tribuna enfocar este problema do combustível. Por esta razão, Deputado Palácios, não poderia deixar passar esta oportunidade de solicitar o aparte, a fim de congratular-me com Vossa Excelência, porque entendemos que, se todos nós e principalmente esta Casa de Leis, se preocupasse com problemas de tamanha importância, de tão grande significado não só para o Estado do Paraná, mas para a Nação brasileira, talvez os órgãos de Governo tirassem, desta preocupação, subsídios para chegarem, talvez, a um denominador comum, para o problema do álcool, para o problema do combustível, da gasolina, do óleo e do gás.

Vossa Excelência que representa esta região, como eu dizia, juntamente com os Deputados Tadeu Lúcio Machado e Gabriel Manoel, que por sinal estão ao meu lado atentos ao pronunciamento de Vossa Excelência, interessados no pronunciamento de tal envergadura.

Eu que convivo com Vossa Excelência nesta Casa, porém sou de uma região que infelizmente não tem condições climáticas para a produção de cana, principalmente para nos fornecer o álcool, para nos fornecer o combustível, fico satisfeito quando vejo um Colega na tribuna, enfocando um problema tão relevante para esta Casa de Leis.

Lamentável, Deputado Palácios, que a Casa não esteja tão atenta quando deveria estar, isto é, mais conscientizada do problema, mais atenta para com o belíssimo pronunciamento de Vossa Excelência.

Peço escusas por tomar tanto tempo do seu pronunciamento, e fique certo Vossa Excelência, que estarei aqui, ao seu lado, observando e ouvindo com atenção o restante do seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PALÁCIOS — Agradeço o aparte, nobre Deputado, que muito me honrou, assim como o aparte do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, e agora me honrará o aparte do Deputado Gabriel Manoel.

O problema do álcool realmente nos tem preocupado, a sua produção, o seu transporte, porque me parece incoerência que, se ele é produzido para economizarmos divisas, para o adionamento à gasolina, e no entanto gastarmos combustível desnecessariamente para o seu transporte, praticamente todo o esforço do Governo, dos empresários e dos próprios povos da região.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Palácios, após este brilhante pronunciamento que Vossa Excelência vem fazendo, e após os apartes não menos brilhantes dos Deputados Tadeu Lúcio Machado e Jurandir Messias, queremos acrescentar que estamos concordando em gênero, número e causa, com Vossa Excelência, com todas as condições que Vossa Excelência está colocando no problema.

É um aviso, é uma necessidade a união das forças da Região do Norte pioneiro e de todas as forças que congregam o Parlamento paranaense para que, num momento crucial como este, apoiados por Deputados brilhantes como Jurandir Messias, Tadeu Lúcio Machado e outros companheiros desta Assembléia, a enfocar o assunto de muito significado, de muita importância principalmente para nossa região.

Então, está de parabéns Vossa Excelência e o Norte pioneiro, em tê-lo como defensor, como Tadeu Lúcio Machado, como Aguinaldo Pereira Lima, que no momento está ausente, e como Jurandir Messias, afinal de contas, todos os homens que estão visando exclusivamente o bem-estar de nossa terra, dando apoio à alternativa do combustível que é o álcool.

Nossos parabéns a Vossa Excelência.

O SR. PALÁCIOS — Obrigado, nobre Deputado, pelas suas palavras, e quero dizer a Vossa Excelência que nós, com muita honra, em nossa região, dividimos nossa liderança com

homens do gabarito de Vossa Excelência, do Deputado Agui-naldo Pereira Lima e do jovem Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Mas, pretendo ir mais à frente, porque se já implantamos no Norte pioneiro, ou já foi implantado no Norte Pioneiro a DAMISA em Santo Antônio da Platina, a CASQUEL em Cam-bará, está se implantando uma outra de cento e vinte mil litros em Ibairi, a AGRO-INDUSTRIAL SANTA LAURA, e preten-de-se ainda, instalar uma, se não me engano em Joaquim Távora, na terra de Vossa Excelência, outra em Carlópolis e provavel-mente com o advento de melhorias na região, com a oferta de mão-de-obra, com os benefícios diretos, indiretos e semi-dire- tos, da implantação de indústrias deste porte, em que cada uma delas dá, em torno de três mil empregos. Tem gerado um outro problema que me parece ser necessário voltar nesta tri-buna, e solicito, neste instante, o apoio de Vossa Excelência como dos demais Deputados desta Casa, é que se uma dessas destilarias atinge em nove municípios aproximadamente e é alimentada por trinta produtores, os mesmos lançaram-se com o plantio de canais abruptamente para atender a deman- da da matéria prima, que é a cana, ficando eles sem o devido acesso rodoviário, tendo inclusive, grandes dificuldades para a retirada de matéria prima, aumentando distâncias e percorrendo por caminhos semi-intransitáveis, para caminhões de transporte de cana.

Sabemos, visitando pessoalmente a região e os locais, que esses produtores, às vezes, com apenas duzentos metros de um pequeno acesso não pavimentado, apenas um pequeno acesso em terra mesmo em leito natural, ou com revestimento, evitariam dar uma volta de quatro a cinco quilômetros de estradas ruins, e que, quando chove, os caminhões não conseguem trafegar. E, como são em número de oitenta, somente nesta indústria, se nós multiplicarmos por seis ou oito que advirão, teremos um número assustador.

Esses produtores, Sr. Presidente, não têm recursos pelo menos em maquinários, para que se possa fazer esse acesso. E muitos têm me procurado para que fôssemos até o Departamento de Estradas de Rodagem, para que cedessem o acesso a esses produtores, a fim de que pudessem retirar os seus produtos.

Mas, dado o elevado número, o DER também não poderia fazer, porque não tem disponibilidade no seu parque de máquinas. Máquinas em número suficiente para atender esta demanda, isto porque, teria que deixar de conservar suas rodovias, para dar este tipo de atendimento.

Então, estudando a situação com alguns técnicos e interes-sados no assunto, parece-me que caberia atuação, aqui, dos órgãos financeiros do Estado, do Governo Federal Banco do Brasil, ou outros representantes ou agentes financeiros que financias-sem àqueles plantadores e fornecedores de cana, com juros sub-sidiados, para que eles mesmos construíssem por contratação, di-retamente de empresas, para fazerem os referidos acessos, porque inclusive sairia mais barato, podendo também ser fiscalizado pelo DER, que já tem a necessária bagagem, no que tange à técnica rodoviária. No entanto, não impede que esses bancos ou esses agen-tes financeiros se equipem com engenheiros rodoviários para aten-der esse tipo de chamamento. Mas, o importante é que o Banco do Brasil, ou o do Estado, ou outro agente financeiro, ou o próprio Ministério da Agricultura, se inteirasse dessa situação, forne-cendo subsídios financeiros para que os proprietários que se interessassem, pudessem atender as suas necessidades, já que, através do DER, não há potência necessária, com relação a acessos. Acredito que o acesso principal da indústria, no caso desta a que já me referi anteriormente a DAMISA, que não pode ser executado com o dinheiro previsto em financiamento, porque o Governo demorou, através da burocracia, com um atraso de aproximadamente oito meses, o que determinou que esta indústria ou este grupo financeiro, transportasse o volume de investimentos de Cr\$ 80.000.000,00, para Cr\$

Cr\$ 130.000.000,00, na época. Porque decorrido o prazo elás-tico, para que se aprovasse o projeto, o valor previsto em finan-ciamento, dada a inflação, não cobria mais o projeto ou os gastos previstos inicialmente.

Destarte, ficaram à mercê do tempo, para retirar os seus produtos. Já fizemos solicitações, através desta Casa, inclusive, que pelo menos no acesso principal da indústria, o Governo do Estado, através do DER ou Secretaria dos Transportes, deter-minasse a melhoria, no acesso principal a essas indústrias. Por-que nós não podemos desestimulá-los, não só pelo aspecto econômico da empresa com relação ao interesse de divisas para a União, não só com relação ao esforço daquele pessoal para atender ao chamamento e dar a sua contribuição para a solu-ção do problema energético, mas também, porque essas in-dústrias representam, naquela região, uma resposta que se compatibiliza à sua vocação natural para este tipo, principal-mente, na faixa sul, ou vamos dizer, na faixa sul da BR-173, pelas características de seu solo.

Queremos ficar tranqüilos, Sr. Presidente, Srs. Depu-tados, se estas indústrias implantadas não forem bem, não foi por falta de nosso irrestrito apoio. E aquelas que estão para serem implantadas, se tiverem o desânimo e não se implan-tarem, não foi porque permanecemos silentes'.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. --

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado à Liderança da ARENA, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A renovação de valores nas Casas Legislativas do País, quase sempre traz ou deixa saldo altamente positivo. É sangue novo injetado numa Corporação Legislativa. É o sangue novo que representa idéias novas, ardor, garra e luta.

Hoje, nesta Casa, tivemos exemplo disso, quando um vibrante pronunciamento do nobre Deputado Nelton Frie-drich arrancou palmas das galerias.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, às vezes, a corporação paga um alto preço pelo noviciado, pela renovação.

A Corporação Legislativa, principalmente a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que sempre manteve uma tradição de respeito, de ética entre seus componentes, entre os nobres Pares, salvo, às vezes, alguns arranhões, dos quais já participei e me penitencio neste momento. Mas, nunca, deliberadamente, os Anais desta Casa registraram um com-portamento tão inédito como teve hoje o nobre Sr. Deputado da Oposição nesta Casa, quando ocupou a tribuna para ler uma nota do jornal que atacava o nobre Deputado Gilberto Car-valho. Chegou ao cúmulo, numa atitude, repito, inédita, citar o nome do seu colega, numa nota altamente desairosa, e que não pode ou não deve corresponder à verdade, porque a verdade é como a moeda: tem duas faces, cada um a conta à sua manei-ra, acredita à sua maneira.

Mas, nunca se viu nesta Casa, os alicerces da Assem-bléia Legislativa do Estado do Paraná tremeram de vergonha na tarde de hoje, quando um nobre Sr. Deputado ocupou a tribuna para, numa atitude de desrespeito, deslealdade à ética, lê um editorial de jornal citando, nominalmente um ex-Colega, numa carta, numa notícia de jornal, que um cidadão escreve, usando de um direito, prerrogativa sua, uma carta escrita ao Presidente da República, fazendo denúncia dele. Não sabemos o porquê da sua substituição, cargo de confiança, o próprio nome "cargo de confiança" demissível "ad nutum", como ensinava o Padre Virgílio, nos meus tempos de ginásio.

Isto não quer dizer que carta escrita por aquele cidadão ao Presidente da República seja verídica. Como também não posso afirmar aqui, que ela contenha inverdades. Apenas me refiro ao fato de um nobre Sr. Deputado faltar com respeito ao seu Colega, lendo uma notícia jornalística, desairosa, mentiro-

sa, e citar nominalmente o Deputado Gilberto Carvalho.

Quero que os Anais desta Casa registrem o alto preço pago pelo noviciado. Não estou aqui criticando a maneira de atuar do nobre Deputado que usou da tribuna, é o arroubo da mocidade, é o noviciado. Ele aprenderá, com o tempo, a respeitar os Colegas, nesta Casa.

Porque, só o tempo é o verdadeiro mestre daqueles que se iniciam na vida pública. Altamente positiva à renovação desta Casa, jovens talentosos e brilhantes, defensores de novas e justas causas populares, as que não podem perder-se para satisfazer o que? Uma vaidade pessoal? Mas, ao que me consta, o nobre Deputado não é nem representante do povo de São João do Ivaí.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** Nobre Deputado Erondy Silvério, agradeço as palavras de Vossa Excelência...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência não tem nada que agradecer. Justiça não se agradece.

O Sr. Gilberto Carvalho — Na verdade, nobre Deputado, Vossa Excelência colocou muito bem a situação. Houve uma verdadeira falta de ética e de respeito. Respeito esse que sempre tive por meus Companheiros de bancada e da Oposição, porque tenho grandes amigos na Oposição. E acho que, nesta Casa, deveremos defender os interesses do povo, mas sempre em harmonia e no respeito aos Colegas, sejam de um Partido, seja de outro.

Mas, nobre Deputado, para que esta Casa tome conhecimento, permita Vossa Excelência que eu entre no assunto, que tratou naquela nota enviada ao Sr. Presidente da República de um ato político.

Nobre Colega, sou Deputado pela terceira vez. Na primeira vez, fui eleito, representando o Município de São João do Ivaí, com mil votos; na segunda, com 2.500 votos. Nesta terceira, recebi 3.750 votos. Fui mais votado até que o atual Prefeito da cidade.

Mas, à época em que foi criado o FUNRURAL estava aqui, e todos os Srs. Deputados conheceram, o Sr. Ênio Marzulla, que usou e abusou do FUNRURAL, dizendo que não tinha satisfação nenhuma a dar a políticos. E naquela oportunidade, levou o atual encarregado do FUNRURAL, Sr. Mauro, de outro município, para São João do Ivaí, sem dar satisfação a qualquer político. No município existiam várias pessoas capacitadas e necessitando até de colocação. Mas, se ele tivesse agido bem, talvez não tivéssemos mexido. Não fui eu quem o tirou, mas, assumo a responsabilidade, porque endosseí.

Quando esse moço assumiu, começaram as perseguições e os favorecimentos nos internamentos hospitalares, e como testemunha invoco o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, toda a sua Diretoria, sobre a atuação desse moço. Esse moço que na carta diz que é pobre, que tem uma família, que tem os filhos para manter, sua situação não é assim tão ruim, esse moço para lá foi; sua esposa é professora e já deu para abrirem um estabelecimento comercial, naquela cidade; e esse moço diz que é pobre, que está sendo prejudicado, querendo se perpetuar no cargo, que é um cargo de confiança, foi concedido através de um contrato de serviços com a sua firma organizada e que, agora, houve por bem o Sr. Superintendente substituí-lo, a pedido de quem representa o Município, com o meu endosso, isto porque é necessário que seja atendido o trabalhador, o que não é favor algum, quando o trabalhador procura a representação do FUNRURAL pedindo internamento e necessitando de assistência, trabalhador este que, muitas vezes, fica jogado na porta do hospital porque o internamento e a assistência lhe eram negados. Sabemos de companheiros nossos que chegaram a tirar dinheiro do seu próprio bolso, para pagar hospital a esses trabalhadores abandonados. Este o motivo da troca; da troca que será feita.

Dizem que estou presenteando um correligionário po-

lítico meu; estou presenteando sim, porém, indicamos um moço capacitado, que tem curso de Contabilidade e que era funcionário da Prefeitura e que também foi perseguido, foi colocado em disponibilidade, ficando sem serviço na cidade.

Portanto, era justo que, no momento em que haja um cargo a preencher, que se convidasse alguém que necessite, mas que seja capacitado. Prova que é capacitado, que ficou uma semana aqui, fazendo curso, está apto a assumir. E a mentira que diz o atual representante, que fez um curso integral de 90 dias aqui em Curitiba, não é verdade que foi feito tal curso de dedicação exclusiva de 90 dias de curso para o FUNRURAL.

Mas, estejam certos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta mudança é para melhor, para atender o trabalhador rural e é preciso que esses representantes se conscientizem de que não serão perpétuos no cargo, que esses cargos são indicados e que sua Diretoria, à hora que julgar necessária esta mudança, o fará.

Nós, simplesmente levamos ao conhecimento da Superintendência, da necessidade da modificação; quem a faz não somos nós. Atendem-nos porque sabem que conhecemos o município, água por água, conhecemos toda a população e as suas reais necessidades. E é por isto que está sendo feita a substituição, não é questão de perseguição. Não entro no mérito dos demais municípios, porque não tenho vivência alguma nesses demais municípios, mas o Município de São João do Ivaí eu conheço bem, conheço suas necessidades, represento o seu povo, represento a maioria do povo porque fui o mais votado, inclusive que o atual Prefeito.

Muito obrigado.

O Sr. Gernote Kirinus — Permite-me um aparte, nobre Líder? **(Assentimento)**

Nobre Líder, como bem frisou Vossa Excelência, a verdade sempre tem os dois lados da moeda.

Não gostaria de entrar no mérito das acusações que são feitas ao nobre Colega da bancada da ARENA, no entanto, talvez sirvam como testemunha, como Deputado que represento, também, a Região de Marechal Cândido Rondon, da infeliz experiência que este Parlamentar tem e o povo principalmente tem, dos desmandos que são cometidos em nome de comandos políticos, comandos políticos que não estão amparados na Constituição nem no Paraná, nem da Federal, comandos que são exercidos estritamente talvez entre as quatro paredes de um quartel, por necessidade, porque, em combate não se pode decidir democratizadamente se vai atacar ou não, realmente deve-se obedecer, mas que, para a sociedade civil, torná-se nefasto.

Talvez o nobre Colega, Deputado Darcy Deitos, tenha se referido, criticado e aqui eu dou razão a Sua Excelência, aos assim chamados comandos políticos...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Lamento interromper o brilhante raciocínio de Vossa Excelência para dizer que Vossa Excelência é quem está citando nominalmente o nobre Deputado, eu não o fiz.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência referiu-se ao Deputado que fez uso da palavra na tribuna, e todos nós sabemos porque ouvimos e assistimos, que o único Deputado que se referiu a respeito deste assunto, foi o nobre Deputado Darcy Deitos, por isto creio, não é segredo para ninguém, posso citá-lo. E dou plena razão ao Deputado Darcy Deitos, ao criticar os comandos políticos porque, em Marechal Cândido Rondon, se não foi nas mesmas circunstâncias, pelo menos, em circunstâncias semelhantes também foi afastado, uma pessoa do FUNRURAL, e diga-se de passagem que não são os funcionários do FUNRURAL que se lhes deva imputar a culpa do mau atendimento, mas ao próprio organismo todo, que necessita de uma revisão profunda, porque nós, como Deputados aqui, que somos imputados injustamente de fazer assis-

tência social em vez de legislar, aliás, herdamos isso da própria Revolução de 64, na modificação da Constituição desde 69, muitas vezes encontramos dificuldades em internar pessoas que sejam filiadas ao FUNRURAL e não ao INPS, dando-se privilégio às pessoas do INPS.

Aliás, é o FUNRURAL todo que deve ser revisto, e não é simplesmente na modificação de funcionários que se vá realmente, atingir o objetivo de melhorar o FUNRURAL.

Mas, no entanto, gostaria de referir-me unicamente nesta questão de comando político, parece-me que está na hora porque devemos realmente admitir que existe abertura, e acabar com este famigerado comando político.

Porque ele favorece unicamente ao Executivo forte, e é fruto da subserviência ao Executivo.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Poderia até concordar com

Vossa Excelência, exceto no final do aparte, quando Vossa Excelência diz que o comando político é fruto da subserviência do Deputado ao Poder Executivo. Aí eu discordo de Vossa Excelência, porque sabe Vossa Excelência que são as regras do jogo político. O Deputado que vence uma eleição num município, não me interessa a maneira como ele o faz, não quero analisar a maneira como ele representa a vontade da maioria dos eleitores daquele município.

Então, não há nenhuma subserviência em trabalhar para que aquele povo receba os benefícios que tem direito junto ao Poder Executivo. Posso até concordar com Vossa Excelência que muitas injustiças se cometem à sombra dos comandos políticos. Mas, Vossa Excelência, homem inteligente que é, deu cabais demonstrações nesta Casa, do descortínio político que tem, do raciocínio rápido que tem, sabe perfeitamente que não entrei no mérito da questão; apenas lamentei e quero que os Anais registrem a nossa estranheza e o nosso protesto contra a falta de respeito, à falta de ética a um dos componentes deste Poder.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do MDB, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. DARCY DEITOS — Ocupará possivelmente o Deputado José Tavares e posteriormente, o Deputado Del Ciel.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A situação do Funcionalismo Público do Paraná é bastante calamitosa, tenho a impressão de que não há dúvidas, para ninguém.

O servidor público de nosso Estado, tem ao longo desses anos, padecido em razão do descaso, do desrespeito dos nossos governantes. É do conhecimento da Casa que acha-se em regime de votação, um requerimento de nossa autoria, através do qual, queremos apenas saber do IPE — Instituto da Previdência do Estado, a real situação de uma classe de servidores públicos que são os pensionistas do Estado do Paraná.

Tenho a impressão, apesar de ser um Deputado de primeira Legislatura, que este requerimento é um dos que mais tempo tem ficado em regime de votação nesta Casa.

Confesso que não entendo a razão pela qual este requerimento tem recebido da Liderança do Governo uma atitude de rejeição. Confesso, porque o que quero é simplesmente tomar conhecimento da realidade de um fato, da realidade de uma classe, para poder tentar fazer alguma coisa em seu benefício.

Mas não estou conseguindo. Tenho inúmeros exemplos, inúmeros casos concretos de pensionistas que percebem salários irrisórios. No dia de ontem, talvez em razão de notícia veiculada pela imprensa, recebemos mais telefonemas de viúvas de servidores públicos do Estado do Paraná.

E isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem-nos causado e provocado até uma certa revolta. Porque entendo que é exa-

tamente num momento como este, num momento em que o chefe da família desaparece, resta para sua esposa e seus filhos, apenas e tão somente cinco por cento do salário básico do servidor.

Entendo e acho que é o único caso na história, onde o servidor ao morrer, a sua família passa a perceber cinquenta por cento apenas do salário básico que ele ganhava. Para exemplificar, tem o caso da Polícia Civil. O policial ganha "X" de salário fixo, mais cem por cento, e se ele morrer, a sua esposa, os seus familiares, perceberão apenas cinco por cento sobre o salário base. Não sobre o fixo e mais os cem por cento.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação do Servidor Público do nosso Estado é bastante caótica. Mas o que nos traz hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a esta tribuna, é para tecer alguns comentários a respeito de uma carta publicada por vários jornais do Paraná, que foi escrita por um policial militar; um soldado da Polícia Militar do Paraná e que retrata muito bem a real situação porque passa o servidor público do nosso Estado.

Em determinado trecho, diz o policial, nesta carta que ele endereçou ao Governador do Estado: "Sr. Governador: é com muito respeito e admiração que pretendo chegar até Vossa Excelência e aos demais homens que compõem o seu Governo. Assim não dá; não tem mais condições. Sou um soldado que há 25 anos trabalha na Polícia Militar do Estado, enfrentando chuva, sol, frio, vento, bandidos, tiros de marginais e outros bichos. E sabe qual é o meu salário? Exatamente Cr\$ 2.872,00. E isso com todas as vantagens, com mais duas ou três vantagens, — diz ele. E uma centena de desvantagens, pois só de aluguel pago Cr\$ 1.500,00. E com a metade do que sobra, pago a farmácia; com o resto, pago a luz e a água; e ainda compro uns quilos de arroz; um pouco de feijão, um pouco de batatinha, para não ficar sem mistura nos domingos e feriados. E agora lhe pergunto: minha família, vai calçar o quê? Minha família vai vestir o quê? Quando é que vou poder comprar brinquedos para os meus filhos? Quando é que meu filho menor vai saber o que é pão, leite e café? Quando é que vou poder chegar em casa um dia, e dizer à minha família: amanhã nós vamos passear, comprar doces, tomar sorvetes, ir ao cinema, ou então, à praia? Quando? Quando é que vou chegar em casa e encontrar minha esposa sorrindo, meus filhos alegres e sem contas para pagar? Sei que o Senhor vai dizer que não sabia disso, porque ninguém disse isso para o Senhor, ou quem sabe, o alto comando não disse, não comenta isso com o Senhor.

Mas é que eles estão acomodados, se promovem todos os anos às nossas custas, ou ainda, quem sabe, não têm a coragem de falar e expressar os problemas dos soldados, cabos e sargentos, pois eles, ao invés de lutarem por nós, ficam de tocaia, esperando um motivo para mostrar que estão trabalhando, e isto não está certo; está tudo errado e virado do avesso".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dada a exigüidade do meu tempo, não é possível seguir a leitura de mais alguns trechos desta carta, mas a grande realidade é que a situação do servidor público é realmente das mais dramáticas. E fica aqui, Sr. Presidente, o meu alerta: ao invés de criar um Tribunal Militar neste Estado, como pretendem alguns elementos ligados à cúpula do Governo, Tribunal, como disse, ocioso, desnecessário, deve o Governo pensar em melhorar as condições de vida do servidor público, em especial, da classe dos Policiais Civis e Militares do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário restante, concedo a palavra ao nobre Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atinente ao pronunciamento do Deputado José Tavares, apresentamos um requerimento a esta Casa, dando encaminhamento de cópia da carta desse soldado da Polícia Militar do Estado, assim como do editorial da Folha de Londrina, de

hoje, solicitando justiça a esta classe, para que os soldados de estômago vazio do Estado do Paraná possam combater os marginais bem alimentados que atuam livremente em todo o nosso território.

Mas, venho à tribuna, principalmente para voltar a falar sobre o famigerado comando político.

Um assunto evidentemente polêmico, e que contraria Pares desta Casa, por contrariar principalmente os seus interesses pessoais e políticos, em cada um daqueles que fazem principalmente o mal uso do comando político.

O eminente Deputado Darcy Deitos, com muita propriedade, veio à tribuna relatando um caso de uma denúncia que é levada a nível de Presidência da República, de um funcionário do FUNRURAL de São João do Ivaí, Município onde conquistamos grande votação, a maior votação do MDB.

E o eminente Líder do Partido Governista, lembrou muito bem a ética parlamentar. Mas a recíproca, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem que ser verdadeira: "quem com ferro fere, com ferro será ferido".

Lembram-se do episódio da apreciação do projeto de lei que visava a criação do Município de Lunardelli, quando viemos a esta tribuna defendendo os interesses do povo de Lunardelli, do Município de São João do Ivaí? Lunardelli, que seria desmembrado como ainda pretende desmembrar, o Deputado Gilberto Carvalho desse município pobre do Estado do Paraná.

Hoje, em Lunardelli, todo cidadão afirma categoricamente que Lunardelli não foi levado à condição de Município porque o Deputado Del Ciel não deixou.

Onde estaria a ética do eminente Deputado Gilberto Carvalho quando alimentou toda essa versão no Distrito de Lunardelli, quando aqui defendi a sua criação, desde que reformulada a política do sistema tributário do Estado, que está a impor a falência de todos os municípios médios e pequenos?

O famigerado comando político tem desgraçado a segurança, a educação e a vida de muitos trabalhadores paranaenses e precisa ser condenado e combatido com veemência.

O Sr. Darcy Deitos - Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** Eminente Deputado Del Ciel, inicialmente, quero agradecer o aparte que Vossa Excelência me concede.

Mas, pedi este aparte para dizer que ocupamos a tribuna no Pequeno Expediente, para fazer a denúncia que fizemos, principalmente para denunciar o famigerado comando político que realmente estrçalha as comunidades paranaenses.

Porque, quando o eminente Deputado detém esse mando, às vezes, por interesses pessoais, pisa, remove, e tira quem ele bem quer.

Então, foi esse o motivo que ocupamos a tribuna para fazer a denúncia do comando político. E não tivemos o intuito, com bem disse o eminente Líder da ARENA, que faltamos com a ética parlamentar. Quer me parecer, dependendo do ângulo em que se veja este episódio, poderei estar faltando com a ética. Posso até me penitenciar por isso, por ter citado o nome do eminente Deputado Gilberto Carvalho. Agora, o intuito principal do meu pronunciamento, foi denunciar o famigerado comando político que impera no Estado do Paraná.

Também queria dizer ao eminente Líder da ARENA, que tive alguns votos em São João do Ivaí, mas quando me dirigi à tribuna, falei com o Deputado Del Ciel, que representa uma grande parcela daquela comuna, sobre o assunto que iria tratar.

Sou daquela região, e quer parecer-me que o episódio fica assim esclarecido.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência concedeu.

O SR. DEL CIEL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Mas, concluindo, Sr. Presidente, efetivamente, o comando político tem estado em todos os setores da vida administrativa do Estado do Paraná, em quase todos os municípios.

Alguns Deputados, por respeito ao seu próprio mandato, alguns Deputados do Partido Governista, ainda têm se poupado de exercer esse famigerado comando político.

Mas estão acontecendo casos em FUNRURAL, INPS, Delegacias de Polícia, Diretorias e Estabelecimentos de Ensino, e daqui para diante, entendo que a bancada da Oposição do Estado do Paraná, a cada caso que tiver conhecimento, deverá vir denunciar, gritar e exigir do Governo do Estado do Paraná, em nome da moralidade, do respeito aos munícipes, a extinção dos comandos políticos em nosso Estado.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 158/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública o "Serra Clube Vale do Iguaçu", com sede na cidade de União da Vitória. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/79, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Abdo Aref Kudri. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/79, de autoria do Deputado PALÁCIOS, que declara de utilidade pública o "Movimento do Bem-Estar Social - MOBES", com sede e foro no Município de Conselheiro Mayrink. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120/79, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "Creche Santa Rita de Cássia", com sede na cidade de Campo Mourão. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "Sociedade Brasileira Anunciação", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "Lar e Creche São Vicente de Paulo", com sede e foro na cidade de Rio Bom. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/79, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública a "Casa do Pequeno Trabalhador de Paranaguá", com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/79, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade públi-

ca o "Lar Tereza Mendes", com sede na Cidade de Jaguariaíva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 82/79), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, que com a participação de Órgãos que especifica, objetiva realização de obras visando o desenvolvimento urbano dos referidos municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 86/79), que aprova termos aditivos à convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Mandirituba e Rio Branco do Sul, que com a interveniência e participação de Órgãos que especifica, objetiva realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano daqueles municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 71/79), que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e municípios nominados, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 78/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 80/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, que com a interveniência da Companhia de Urbanização de Curitiba - URBS, objetiva alocação de recursos para implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 79/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mens. Govern. n.º 79/79), que aprova convênio celebrado entre

o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e o Município de Arapongas, objetivando a implantação de uma Unidade de Preparação de Mão-de-Obra - UPMO —, em imóvel de propriedade do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Deonira Brunett Bettega.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 95/79, 140/79 e 141/79.— **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação.

6 Srs. Deputados o aprovam;

11 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 05, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 75/79, 76/79, 77/79, 78/79 e 79/79;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 117/79 e 134/79.

Marcando ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 106/78, 37/79, 60/79, 102/79, 106/79, 107/79, 113/79 e 118/79.

Levanta-se a sessão.